

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 168

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 42ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE DEZEMBRO DE 1998**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Tureck.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 486/98, item 07 da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(a) JOEL COIMBRA

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052, objetivando promover a reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, mediante a constituição de subsidiárias integrais voltadas ao atendimento das atividades que constituem o objeto daquela empresa, bem como promover a alienação das ações ordinárias que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme específica.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 471/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2º - A composição, organização, atribuições, competência, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1º da presente lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos.

tos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza, ações com ou sem direito a voto, de titularidade do Estado do Paraná ou outras entidades vinculadas àquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia- COPEL e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º.

Parágrafo Único - O pagamento das alienações deverá ser realizado em moeda corrente, não sendo permitida a utilização de créditos de qualquer natureza.

Art. 4º - O Poder Executivo destinará parte das ações colocadas à venda, proporcionalmente à sua espécie, aos empregados, atuais e aposentados, da Companhia Paranaense de Energia- COPEL, com percentual e deságio a ser definido.

Art. 5º - Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação de que trata o art. 3º desta lei, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital do Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos os seguintes elementos:

- a) justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;
- b) data e ato que determinou a constituição da sociedade;
- c) passivo da sociedade de curto e de longo prazo;
- d) situação econômico-financeira da companhia, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;
- e) sumário dos estudos de avaliação das sociedades;
- f) critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;
- g) modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada.
- h) percentual e valor do deságio das ações a que se refere o artigo anterior.

Art. 6º - O Poder Executivo fará constar, também em todos os editais de alienação, as seguintes obrigações dos novos controladores e seus sucessores:

I - Manter, no Estado do Paraná, as sedes das sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º;

II - Assumir o patrocínio da Fundação COPEL de Previdência e Assistência Social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei.

III - Assegurar aos empregados, independentes da quantidade de ações que sejam titulares, a indicação de pelo menos um dos membros dos Conselhos de Administração.

Art. 7º - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3º desta Lei, serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 70% (setenta por cento) na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento) nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 8º - Até que se promovam as alienações previstos no art. 3º, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos S.A., autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza, até o montante de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por conta das futuras receitas das alienações, observado o disposto no art. 7º.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o aumento do capital social do Paraná Investimentos S.A., cujo valor poderá ser de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Art. 10 - Em consequência do artigo anterior, o artigo 2º e seu inciso I, da Lei nº 11.428, de 14.06.96, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Capital Social da Empresa será dividido e limitado a 2.000.00 (dois bilhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim subscrito:

I - O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 1.999.900 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e novecentas) ações, no total de até R\$1.999.900.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), podendo para tanto integralizá-lo em dinheiro, títulos financeiros ou valores mobiliários, inclusive ações Ordinárias Nominativas (ON) e Preferenciais Nominativas (PN) da

COPEL e de outras empresas em que o Estado do Paraná detenha participação acionária”

Art. 11 - Para consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo constituir fundo específico, bem como utilizar-se de consultoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante assessoria técnica ou condução do processo de alienação, através de celebração de convênios ou contratos.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 111.523, de 21 de dezembro de 1995, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.12.98.

(aa) CESAR SELEME

Presidente e Relator

Aprovado.

Registrados os votos contrários da Bancada do PT, do Deputado Orlando Pessuti, Romanelli, Caíto Quintana, Antonio Annibelli, Paulo Gorski, Nereu Moura e José Maria Ferreira.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo, a doar a Associação de Moradores do Bairro Platina, uma área de terra com 800 m², no município de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/97, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Paranaense de Cegos, os imóveis que especifica nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jesuítas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 366/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/98, que acrescenta um inciso ao Art. 10014, de 29 de junho de 1992, que trata da criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 049/98, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963, através da qual o Poder Executivo foi autorizado a constituir a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 03 (três), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 452/98

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01

O artigo 1º do presente Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas, ficando vedado a partir da publicação desta lei, a renovação de contratos de concessão com os municípios do Paraná, desobrigando-se o Poder concedente a efetuar qualquer indenização ao concessionário.”

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(A) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Edgar Bueno, Geraldo Cartário, Edson Silva Lino, Duílio Genari, Cesar Seleme, João Techy, Hidekazu Takayama.

JUSTIFICATIVA:

Com a reestruturação da SANEPAR, fica evidente que a Companhia imprimirá um ritmo mais moderno, diversificando suas atividades, tornando-se uma empresa cada vez mais competitiva no mercado. Claro está, que esta empresa - patrimônio de

todos os paranaenses - fará investimentos vultuosos buscando esta modernização e que, certamente, ao final do processo, ela, que já conta com parceiros estratégicos em sua administração será por fim já privatizada, razão pela qual não podem os municípios do Estado do Paraná serem prejudicados, haja vista que no passado autorizaram expressamente a exploração dos serviços à SANEPAR, incumbindo-se inclusive a proceder eventuais indenizações pelos grandes investimentos feitos em suas cidades, sendo agora obrigados a anuir com a transferência da concessão sem sequer serem ouvidos.

E se municípios pequenos do Estado poderão ser prejudicados por serem seus sistemas deficitários - não despertando logicamente interesse na exploração destes sistemas, podendo ser inclusive abandonados, os grandes municípios do Estado poderão ser duplamente prejudicados, ferindo-se o princípio constitucional da Autonomia Municipal que poderá resultar na transferência de uma concessão sem que eles sejam ouvidos e obviamente não auferindo nenhum tipo de lucro pela privatização da SANEPAR.

Por esta razão, a SANEPAR deverá restituir aos municípios do Estado do Paraná, ao final de cada concessão, sem cobrar indenização pelos investimentos realizados em cada localidade, a exploração dos serviços, para que possam estes entes federativos, discricionariamente deliberarem sobre os mesmos em cada cidade.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 02

O artigo 1º do presente projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, de remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná dentro ou fora de seus limites territoriais, ficando autorizada, para os fins acima, a participação majoritária em consórcios ou sociedades com empresas privadas.”

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(aa) RENY BORSATTO
AUGUSTINHO ZUCCHI
LUIZ ACCORSI
NELSON GARCIA

BASÍLIO ZANUSSO
GERALDO CARTÁRIO
HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

Como o Governo do Estado é detentor da maioria das ações da SANEPAR, pretendemos preservar a autonomia da Empresa, sobre seus futuros investimentos, assegurando à sociedade paranaense as vantagens auferidas com a modernização da Empresa.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 03

O artigo 1º do presente projeto de lei passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação de Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, destinada à exploração de serviços públicos e de sistemas privados de abastecimento de água, de coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos, de drenagem urbana, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a SANEPAR e para o Estado do Paraná dentro ou fora de seus limites territoriais.”

Sala das Sessões, em 08.12.98.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Nelson Garcia, Sérgio Spada, Élio Rusch,
Hidekazu Takayama, Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

A política de desestatização imprimida pelo Governo Federal tem reflexos imediatos sobre as companhias estatais. É salutar a modernização da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, entretanto o Poder Legislativo deve estar vigilante, impedindo que recursos públicos ou arrecadados por uma empresa dos paranaenses possa, antes da privatização, financiar investimentos que poderão no futuro próximo ser convertidos exclusivamente em benefício de empresas que venham a deter o controle acionário da Companhia.

Em votação o projeto.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O item nº 6 que a Mensagem nº 49/98, resumidamente, é a transformação da SANEPAR em sociedade anônima. Ao transformá-la em sociedade anônima amplia o seu leque de ação na sociedade

ou diria no comércio em geral. Abre o espaço para que a Companhia de Saneamento do Paraná passe a prestar outros serviços além do tratamento de água e esgoto, tornando-a muito mais atraente do que ela é hoje, visando a sua privatização.

Se fossem simplesmente para deixá-la como estatal teria o voto da Bancada do PT, com tranquilidade. Mas sabemos qual é a intenção e o interesse do Governador Jaime Lerner, é vender a SANEPAR.

Todos os documentos que versam sobre a água, publicados pela OMS, Organização Mundial de Saúde, estabelece que dentro de 25 anos toda água do planeta Terra estará contaminada. Não terá água potável para o consumo humano, a menos que seja tratada, caso continue a deterioração e a destruição do meio ambiente, com se dá hoje.

O que significa isso? Significa que a água vai ter um grande conteúdo de metais pesados, de todo tipo de veneno, que vai exigir uma tecnologia avançada e caríssima para tratar a água. E tratar a água como um produto comercial e não como um bem natural é o que vão fazer as empresas privadas que têm comprado as empresas estatais de saneamento.

Aqui no nosso Estado, já está entrando a Empresa Vivência, uma empresa francesa, a maior do mundo na questão de tratamento de água. Essa empresa está enxergando no futuro um grande mercado, um grande comércio. E cujo mercado e cujo comércio, as pessoas pobres, os assalariados de baixa renda, não conseguirão consumir a água de qualidade para a sua saúde. Existem inúmeros trabalhos que demonstram onde a água é tratada. E o esgoto drenado e tratado. A redução de patologias chega até cerca de 50% e a redução da mortalidade infantil anda acima desse patamar. Fazendo a água mercado e comércio, é fazer com que boa parte da população seja exposta à doenças, por falta de água de qualidade. E a vivência enxerga esse mercado. Existem países asiáticos que já consomem mais verbas na importação de água, do que de petróleo, ou seja, do que de energia. Como largar na mão de empresas um produto estratégico para a sobrevivência da população? Um produto necessário para a vida e para a saúde entregar ao setor privado? Isso é irresponsabilidade, e sabemos que a SANEPAR está indo para esse caminho.

Senhores Deputados, acredito que poucos leram o projeto de lei que está tramitando nessa Casa, que dispõe sobre o uso dos rios do nosso Estado. Observem que num dos artigos estabelece - que a água é um produto comercial. E não mais um produto natural para o consumo humano. O que significa que está sedimentando o caminho para a privatização da SANEPAR, e colocando num aspecto bastante amplo, onde todos os rios servirão

para o comércio, e sabemos a quem favorecerá - àqueles que têm grande capital!

Por essas razões que falei, a Bancada do PT, não confia no Governador Jaime Lerner. Porque sabem que ele não fará da SANEPAR uma S/A, para competir mais no mercado, visando atender a classe trabalhadora, atender o pobre, com uma água de qualidade e mais barata. Sabemos que a transformação dela em S/A, é para privatizá-la. E por isso votamos contrário a esse projeto. E gostaríamos que os Senhores Deputados, pensassem um pouco, colocassem a mão na consciência, de qual é o futuro que desejam para o povo do Paraná. Qual a realidade que os vossos filhos e os vossos netos viverão daqui há vinte e cinco anos, que não é nenhum tempo longínquo, porque inclusive, muitos de nós estaremos vivos para ver essa situação.

A água é um bem natural, uma necessidade biológica para a vida e para a saúde. Preparar o campo para privatizar a SANEPAR, é uma irresponsabilidade, no mínimo. E mais do que isso, será num futuro bastante breve, a contribuição para o aumento da morbidade e da mortalidade do nosso Estado. Ou seja, contribuirá para a morte de muitas pessoas.

Então faz com que esse projeto seja um projeto - poderemos dizer - assassino, para a qualidade de vida das pessoas. Porque sem dúvida nenhuma, destruirá essa qualidade de vida. Aumentará a mortalidade por falta de água de qualidade. Fazer da água um produto meramente para ser disputado no mercado e vendido no comércio é, no mínimo irresponsabilidade e no máximo assassinato de populações.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesse momento em que vamos à votação do Projeto de Lei nº 452/98 - Mensagem nº 49/98 é necessário que também nos manifestemos de forma contrária à aprovação desse projeto. Também por ocasião da discussão na C.C.J. nosso voto foi contrário a essa alteração de atribuições e competências que pretende dar o Governo do Estado à SANEPAR. A razão não é outra senão aquela que já há alguns dias estamos aqui debatendo nesta Casa. A desestruturação por inteiro, de empresas de importância e de significativo interesse à população paranaense. O que estamos vendo, mais uma vez, que o Governo do Estado pretende desmontar toda essa estrutura que motivou o desenvolvimento e o bem-estar social da população paranaense. Uma estrutura constituída ao longo dos governos que passaram nesse Estado. Afinal de contas, são décadas e mais décadas de trabalho, no sentido de implementar no Paraná e constituir uma empresa

de saneamento com condições para abastecimento de água que se tornou modelo no Paraná, no Brasil e na América do Sul. Sendo, inclusive, a SANEPAR por muitos anos consultora do Plano Nacional de Saneamento o PLANASE. O que estamos assistindo? O governo propondo alterações na SANEPAR. Não para dar condições para trabalhar melhor no abastecimento de água; não para trabalhar melhor na implantação de uma rede de coleta, tratamento de esgoto sanitário no Estado do Paraná. Estamos dando de novo ao Governo instrumento para que ele dê uma arrumada, prepare a SANEPAR para entregá-la na mão do capital privado. Na mão do capital privado não nacional, mas na do estrangeiro. A Vivendi já chegou ao Paraná. Quando ouvi o Deputado Florisvaldo Fier falar dos grupos estrangeiros que estão aí, percebemos que o Paraná, que o Brasil, principalmente o Paraná depois de 498 anos do seu descobrimento busca de novo a sua condição de colônia dos países europeus. Um dia desses o grupo português levou o nosso Mercadorama de tradição paranaense-curitibana. Salto Santiago e Salto Osório a Bélgica já está levando. As nossas rodovias têm empresas nacionais, mas têm empresas estrangeiras também. A telefônica da Espanha já está dentro do Brasil e, certamente, virá ao Paraná. E agora os franceses. Daqui a pouco os japoneses, os suecos e tudo mais. De novo retornando a condição de colônia para, de novo, ficarmos subjugados como ficamos quando aqui estavam os holandeses, os espanhóis, os franceses e outros.

O Deputado Florisvaldo Fier também falou a respeito do projeto que tramita nesta Casa o nº 255/98 - Mensagem nº 020/98 (lê a mensagem). Certamente, como disse ele, poucos foram os Deputados que deram uma olhada nesse assunto. Junto com o Deputado José Maria Ferreira estivemos em uma reunião na FAEP, justamente discutindo alguns pontos desse projeto que é bastante polêmico e dá, realmente, à questão da água um aspecto meramente comercial. Tenho comigo da importância da água, da energia elétrica e da telefonia dentro de uma residência, admito que, dentre as três, a de maior significado, de maior importância para a vida da pessoa humana é a água. Está aqui o médico Luiz Accorsi, o médico Florisvaldo Fier, que sabem com todas as propriedades inerentes a sua formação acadêmica, da necessidade, da importância que tem a água na formação da pessoa e na permissão para que essa pessoa continue vivendo.

Sem energia elétrica se consegue viver, porque a lâmparina ilumina e a força do braço muitas vezes substitui a força que pode produzir o motor elétrico. Sem o telefone se pode viver, porque por milhares de anos, se viveu sem telefone e sem energia elétrica. Eu mesmo só fui ver energia

elétrica e telefone aos 18 anos, quando vim morar e estudar em Curitiba.

Mas a água conheço e dela dependo desde que nasci e, portanto, não se admite que no Estado do Paraná se faça de novo o que está se fazendo com a COPEL, o BANESTADO, as ferrovias, os rios, os portos, as estradas, que se faça agora com a SANEPAR, que é entregá-la de mão beijada para o capital estrangeiro, para que dêem a água que é um alimento, que é vida para todos nós, um tratamento meramente comercial, como aquele, tenho certeza se pretende dar depois que ela for privatizada.

Portanto, Senhor Presidente, também neste caso, o meu voto e tenho certeza de muitos Deputados, aqui presentes, será contrário, porque claro está que as alterações que se propõem na SANEPAR não visa em nenhum aspecto o interesse do usuário, o interesse do consumidor de água, o cumprimento dos deveres que tem um Governo para com o social e para com a saúde da sua gente. Visa tão somente os aspectos de interesse comercial e de desmonte que norteiam os rumos desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Encerrada a discussão. O projeto retorna à Comissão de Justiça tendo em vista que sofreu três emendas.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/98, que institui o "Uso Obrigatório do Identificador Telemétrico de Veículos", nos veículos licenciados no Estado do Paraná, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 159, de 30.11.98)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei nº 486/98.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 09, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 132, 479/97, 104 e 366/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 424/97, 483 e 481/98.

Levanta-se a sessão.